

**Discurso na cerimónia de tomada de posse dos Juízes de Direito em regime de estágio do 36.º  
Curso de Formação de Magistrados Judiciais**

Muito bom dia a todos os presentes, desde já extensível a todos aqueles que assistem a esta cerimónia remotamente.

Antes de mais, gostaria de apresentar os mais respeitosos cumprimentos, em nome de todos os juízes de direito em regime de estágio que aqui hoje tomaram posse,

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura,

Ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimos Senhores Vogais e Excelentíssima Senhora Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,

Aos Excelentíssimos Senhores Chefes de Gabinete do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura,

Aos Excelentíssimos Senhores Diretor, Diretora-Adjunta, Coordenadora do Departamento da Formação e Coordenadores Regionais do Centro de Estudos Judiciários,

E aos Excelentíssimos Senhor Inspetor Judicial Coordenador e Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses.

\*\*\*

Primeiramente, cabe-me partilhar com todos vós que hoje é um dia muito especial para mim e para os meus colegas e amigos agora já empossados. Encontramo-nos invadidos de uma imensurável felicidade por vermos superada mais uma etapa do sinuoso, mas indubitavelmente compensatório, percurso para nos tornarmos magistrados.

Olhando em redor, este momento faz-nos recordar o primeiro dia deste trajeto que ainda está só no começo. Há pouco mais de um ano e meio, em dezembro de 2020, estávamos todos sentados no Auditório Álvaro Laborinho Lúcio, no Centro de Estudos Judiciários, inquietos, ansiosos e, naturalmente, receosos com o que dali adviria, pois era para todos nós o realizar de um sonho, um sonho mais ou menos maturado, mas sempre um sonho. Esse dia pautou o início da

caminhada que trouxe o sentido de missão às nossas vidas, missão em nome de um povo e para com um povo.

Ali comprometemo-nos com todos os que se disponibilizaram a partilhar os seus conhecimentos, experiências e valores, no Limoeiro e, posteriormente, em cada comarca que nos acolheu, dedicando o seu tempo e trabalho em prol da nossa melhor instrução. A todos os que contribuíram para a nossa formação, tanto no Centro de Estudos Judiciários como nos tribunais do 2.º ciclo, formação essa que se manterá no ano judicial que ora iniciou e nos que o futuro nos reserva, em eterna renovação, gostaríamos de deixar o nosso mais sincero agradecimento; o vosso papel foi e será impactante em toda a nossa jornada. Estamos e estaremos sempre muito gratos pela confiança em nós depositada.

O dia de hoje marca simultaneamente um início e um fim. De agora em diante, já não somos mais os auditores de justiça, somos juízes, com todo o peso que a palavra acarreta, e hoje, ao envergarmos a beca pela primeira vez, é novamente o momento do sério e premente compromisso ético, profissional e pessoal, para com todos.

Permitam-me citar as sábias palavras de quem nunca é demais mencionar, o Senhor Juiz Conselheiro Álvaro Laborinho Lúcio, que nos diz: “*O juiz é uma pessoa vulgar numa função invulgar*”. Ora, gostaríamos de vos demonstrar que estamos cientes dos atuais desafios que esta invulgar profissão nos traz, os quais, enquanto pessoas vulgares que necessariamente somos, nos propomos perentoriamente a fazer face, em cumprimento dos deveres que nos incumbem e com o zelo e seriedade inerentes.

Hodiernamente, vemos a nossa função ser escrutinada em conversas informais e em todos os meios de comunicação social acessíveis, sendo colocadas em causa as características do que se espera de um magistrado. Urge dissipar a dúvida sobre a ética dos juízes, afastar a ideia de que esta pessoa vulgar vestida de negro é corrompível nas suas funções invulgares, zelar pela seriedade e eficiência do processo e cabe-nos a nós, na veste dos futuros juízes deste país, contribuir para tal desiderato.

Por outro lado, sempre na ótica do cidadão destinatário, para quem, e em nome de quem trabalhamos, estamos conscientes de que importa cada vez mais procurar clarear as decisões, torná-las simples, inteligíveis e acessíveis a todos, apelando indiscutivelmente ao caso concreto, de forma a que quem naquelas procura uma resposta ao seu problema, a tenha, compreendendo o seu sentido e os fundamentos basilares que a nortearam. Acreditamos, de resto, que só essa

translucidez, simplicidade e assertividade permitirão a cabal compreensão do recetor, e que só assim se revelará a honestidade e isenção do remetente, o que sempre se pretende.

Importa ainda fazer menção, com vista à desconstrução que procuramos lograr, à ainda inculcada ideia de que o labor do juiz é necessariamente solitário. Não o é, nem nunca o poderá ser.

E assim é, desde logo, porque trabalhamos para a comunidade, pelo que necessitamos de estar em permanente contacto com ela, absorver as suas carências, conhecimentos, inquietudes e necessidades, por forma a melhor correspondermos à nossa missão: administrar a justiça, com eficiência e celeridade, assegurando o rigor e técnica exigidos.

Noutro prisma, todo o círculo judiciário que nos rodeia e com quem trabalhamos diariamente, designadamente os funcionários judiciais, exercem as suas funções em conjunto connosco e só desse modo é possível garantir o cumprimento dos direitos fundamentais daqueles que por este ou aquele motivo a nós chegam.

Esperam de nós que saibamos tudo, que não duvidemos e que tenhamos certezas absolutas, mas quem de algum modo considerar que isoladamente tudo sabe, de nada saberá, porque não sabe o essencial – que é na partilha que está o fortúnio.

Importa agora assumir e fazer notar as características que a profissão merece. Aplicaremos o nosso árduo trabalho, a dedicação, a assertividade, a imparcialidade, a independência, a temperança, a prudência, a celeridade, a diligência, o rigor e o bom senso na resolução dos problemas que nos vierem, administrando a justiça, aplicando escrupulosamente a lei, garantindo o cumprimento dos direitos fundamentais, respeitando o Estado de Direito e, acima de tudo, fazendo-o sempre em nome e para o povo.

Por fim, impõe-se tecer umas últimas palavras de agradecimento a todos aqueles que estão por detrás da cortina, mas são os grandes alicerces deste percurso – os nossos pais, avós, filhos, irmãos, companheiros, amigos – todos estes e mais alguns toleraram e compreenderam as necessárias ausências, que não ficaram no pretérito mas perpetuarão nos anos que se avizinham, apoiaram e acreditaram em nós, demonstrando o orgulho que precisamos de sentir. Obrigada por tanto.

Agradeço muito a vossa atenção.

*Lea Fernandes Domingues*

5 de setembro de 2022